

DIÁLOGO

GESTÃO DE RESÍDUOS COM INCLUSÃO SOCIAL



Quarta-feira
3 de Novembro
17 hs. Arg.

Plataforma ZOOM
Facebook Live

Participam

Claudete Costa - Unicopas e Unicatadores.
Brasil

Cristiano Benites - Professor e Doutor em
Ciências Sociais, Brasil.

Ramiro Martínez - Coop .Creando Conciencia.
CONARCOOP. Argentina.

Moderação: Mariana Fonseca - Unicopas
Organiza:



A questão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é um dos problemas estruturais mais importantes das nossas comunidades e a gestão de resíduos se destaca entre as preocupações públicas nos municípios da Argentina e do Brasil por diferentes motivos. Por um lado, do ponto de vista ambiental, os métodos de gestão dominantes, seja pelo descarte em sistemas sanitários ou em ambiente aberto, geram graves impactos ambientais, incluindo contaminação de água, solo e emissão de gases e gases de efeito estufa, bem como afetam a saúde pública. Por outro lado, na dimensão social deste problema, as pessoas que recuperam resíduos têm se tornado um ator social relevante, principalmente em um contexto de crise econômica com o aumento das desigualdades, encontrando nos resíduos um recurso para seu sustento e trabalho ambientalmente sustentável.

Na Argentina, a gestão integral dos RSU é regida pela Lei 25.916 / 04, que estabelece fundamentalmente que se deve prevenir a geração de resíduos, promover sua separação e classificação, estabelecer sistemas de coleta seletiva segundo critérios de classificação, procedimentos diferentes e, finalmente, a eliminação adequada de resíduos não recuperáveis. Neste ciclo, os RSU devem ser geridos pelo município com participação ativa da comunidade, apoio do governo provincial e nacional, com a inclusão social formalizada de pessoas que se dedicam à recuperação em cada uma das fases do ciclo da gestão de RSU, utilizando estratégias e tecnologias eficazes que internalizam custos ambientais e sociais, garantindo higiene urbana adequada e qualidade ambiental para as gerações atuais e futuras.



Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na América Latina e no Caribe, são gerados cerca de 231 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano. Pelo menos 20% correspondem a materiais recicláveis, como papelão, papel, metal, vidro e plástico, mas apenas 5% são recuperados.

De acordo com o diagnóstico da gestão integral de resíduos sólidos urbanos na Argentina, elaborado pelo Banco Mundial, as cidades que mais geram lixo são: Buenos Aires (19.665 Tn / dia), Cidade Autônoma de Buenos Aires (5792 Tn / dia), Córdoba (3780 Tn / dia) e Santa Fé (3525 Tn / dia). Em média, falamos de 1 a 1,5 quilos de lixo por dia por habitante.

Cada município e cidade do país trabalha de forma diferente no que diz respeito à gestão de resíduos. E, geralmente, funciona mal. O tratamento dado ao lixo depende de cada jurisdição, então os lixões a céu aberto proliferam e a porcentagem de material reciclável que vai para aterros é alta. Isso se deve a pouca ou nenhuma gestão abrangente de resíduos.

Também não existem estatísticas ou estudos precisos sobre a composição dos resíduos sólidos urbanos em nível nacional. O que se sabe é que as características das próprias RSUs variam em função do poder aquisitivo da população e que, sem o diagnóstico correto do problema, o lixo continua sendo uma questão socioambiental e de saúde pública.

Segundo estimativas de ONGs dedicadas à recuperação de materiais recicláveis, em nosso país argentino são geradas mais de 900 mil toneladas de plásticos por ano, mas uma porcentagem muito pequena é reciclada.



Já no Brasil, existe a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (lei 12.305 / 10), que organiza a forma como o país trata seu lixo e exige transparência e responsabilidade com a gestão de resíduos dos setores público e privado.

A produção de lixo no Brasil cresce a cada ano. Em 2010, ano de aprovação da lei PNRS, a geração de lixo foi de 66,7 milhões de toneladas. Em 2019, dez anos depois, 79,1 milhões de toneladas, o que significa cerca de 379,2 quilos de lixo produzido por cada brasileiro por ano.

Segundo dados de 2019, a região Sudeste é a que mais produz lixo, 39,4 milhões de toneladas por ano, seguida pelo Nordeste (19,7 milhões de toneladas), Sul (8,2 milhões de toneladas) e Centro-Oeste e Norte (5,8 milhões toneladas cada).

Por outro lado, com a PNRS existem diferentes iniciativas de coleta seletiva em todas as regiões. A região Sul é a que mais tem iniciativas, 90,9%; depois do Sudeste 89,7%; Norte com 63,6%; Nordeste com 54,5% e Centro-Oeste com 48,6%.

Assim, fica claro que precisamos cada vez mais agilizar a aplicação da PNRS, incentivando a reciclagem dos resíduos (domésticos, industriais, eletrônicos etc.) que podem ser reciclados ou reaproveitados, além de garantir a correta destinação dos resíduos que não podem ser reaproveitados ou reciclados, reduzindo também a existência de lixões a céu aberto.

Para exigir o cumprimento da PNRS e lutar pelos direitos dos catadores de materiais recicláveis, existem várias organizações, cooperativas e movimentos sociais no Brasil que organizam esses profissionais. Como em muitos outros setores, os catadores e as catadoras se organizaram e começaram a participar dos espaços de participação social do governo brasileiro. Por isso, a profissão de catador de materiais recicláveis é fundamental para a PNRS, pois a lei prevê que a compra de resíduos sólidos destinados à reciclagem se dê por meio de cooperativas de catadores e catadores.

Atualmente, existem mais de 1.829 organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis em todo o Brasil. São cooperativas que garantem emprego e renda decentes a milhares de trabalhadores. Dos catadores que estão em cooperativas, 55% são mulheres e 45% são homens e a maioria é negra. Várias cooperativas possuem uma espécie de convênio com prefeituras municipais, nos quais são responsáveis pela coleta de resíduos sólidos. Em cada região do Brasil, cada cooperativa recupera no mínimo 31 toneladas de lixo por mês e movimenta R\$ 13 mil.

Apesar dos avanços com essa diretriz no Brasil, agora temos outras que afetam diretamente os trabalhadores e também o potencial de seu trabalho para a preservação do meio ambiente.

Atualmente, existem diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que incentivam a incineração de resíduos sólidos. Essa é uma prática que está sendo incentivada na Europa, mas além de prejudicar o trabalho de catadores e catadores, é também uma prática muito prejudicial ao meio ambiente. Isso porque a incineração aumenta a emissão de carbono, enquanto o trabalho dos catadores, em 2019 por exemplo, foi responsável por recuperar mais de 1 milhão de toneladas de resíduos sólidos e tem potencial para reduzir 174 mil toneladas de carbono.

Por fim, outra agenda fundamental para catadores e catadoras é que, apesar dos avanços e garantias da PNRS, eles ainda sofrem com um trabalho que não é valorizado pelos governos estaduais e municipais. Portanto, estão expostos a riscos de saúde e ergonômicos, acidentes, violência física e moral, entre outros. O trabalho do catador de materiais recicláveis ainda não é reconhecido como trabalho formal, por isso esses trabalhadores não têm acesso aos direitos previdenciários, como aposentadoria e licença maternidade remunerada. Organizações, cooperativas e movimentos de catadores de materiais recicláveis lutam pela valorização de seu trabalho, que não é apenas um serviço público de grande importância, mas também uma ação que colabora para a preservação do meio ambiente.



OBJETIVOS

- Visibilizar os problemas socioambientais vividos por catadores e catadoras.
- Valorizar suas ações em relação à sustentabilidade ambiental.
- Demonstrar a importância das cooperativas e organizações de catadores e catadoras.
- Promover uma conversa com especialistas, dirigida ao público em geral.

Possíveis eixos a serem considerados:

- Conhecer os sistemas de gestão de resíduos recicláveis, seu desenvolvimento e operação na Argentina e no Brasil.
- Experiências de cooperativas na gestão de RSU.
- Conhecer o Projeto de Lei de Contêineres com Inclusão Social.
- Discutir a questão da incineração de resíduos sólidos e acesso à seguridade social e outros direitos trabalhistas para catadores e catadoras.

PARTICIPAM

Claudete Costa: É catadora de materiais recicláveis, moradora da Cidade de Deus e sobrevivente da chacina da Candelária. Atualmente, é presidenta da Unicatadores - União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis e vice-presidenta da Unicopas (União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias). Claudete também é presidenta da cooperativa Reciclando para Viver representante no estado do Rio de Janeiro do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Cristiano Benites: Possui licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). É mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) e doutor na mesma área pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Foi docente adjunto do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Atualmente leciona na rede municipal de educação de Porto Alegre. Tem estudado e atuado junto às temáticas sobre movimentos sociais, políticas públicas, economia solidária e sustentabilidade.

Ramiro Martínez: Cooperativa Criando Consciência. Atualmente Presidente da Federação de trabalhadores Cooperativos (Fetracoop). Secretário de Integração da Federação Argentina de Cooperativas de trabalho (FECOOTRA) Presidente da Confederação Argentina de Trabajadores Cooperativas Asociadas CONARCOOP.